

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

MARTINS, Clarissa de Andrade Fernandes Martins¹

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade²

Eixo Temático: Políticas Públicas de Formação de Professores.

RESUMO

Uma educação infantil inclusiva de qualidade, além de respaldo legal, requer a formação adequada dos profissionais para implementação das políticas educacionais inclusivas. O presente trabalho tem por objetivo discutir a importância da formação continuada do professor para a inclusão na educação infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico em autores que pesquisam as áreas de educação infantil e inclusão discutindo em suas obras a relação da formação docente e a efetivação de práticas inclusivas na educação infantil. Por se tratar de um estudo referente a um projeto de pesquisa de mestrado, o presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa bibliográfica em andamento.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Formação Continuada, Educação Infantil, Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Uma educação inclusiva implica em novos paradigmas pedagógicos capazes de favorecerem a construção de uma educação plural, transgressora e democrática, desconstruindo o sistema escolar excludente, normativo e elitista. Na escola inclusiva o aluno é visto como sujeito integral e capaz, não tendo sua identidade determinada por modelos ideais, permanentes e essenciais (MANTON, 2015).

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, deve ser a porta de entrada para uma educação inclusiva, possibilitando o direito de todas as crianças ao desenvolvimento socioafetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, o avanço na construção do conhecimento, independentemente de suas diferenças, (BRASIL, 2005). O professor de

¹ Unesp - Franca. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp/Franca. professora@clarissafernandes.com.br.

² Unesp - Franca. Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp/Franca. lucimarypandrade@yahoo.com.br

educação infantil possui um papel de destaque como mediador nesse processo, sendo fundamental a sua qualificação profissional. A formação continuada do professor deve ser vista pelas escolas de educação infantil, e por toda equipe gestora, como fator relevante para construção de práticas inclusivas, tendo em vista as fragilidades da formação inicial dos professores para o atendimento de alunos com deficiência.

A presente pesquisa tem por objetivo discutir a importância da formação continuada do professor, como fator relevante previsto em Leis, para a inclusão da criança com deficiência na educação infantil.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico em autores que pesquisam as áreas de educação infantil e inclusão. Por se tratar de um estudo referente a um projeto de pesquisa de mestrado, o presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa bibliográfica em andamento.

2 DESENVOLVIMENTO

A escola, para um número relevante de crianças brasileiras, é o principal ou único espaço de desenvolvimento e apropriação de conhecimentos universais, cabendo a ela proporcionar às crianças, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, criando mecanismos de apropriação cultural, social, afetivo e intelectual (DRAGO, 2014).

As instituições de Educação Infantil constituem-se em importantes cenários de apropriação da cultura e de relações sociais para o desenvolvimento infantil, ao promover momentos significativos de interação com valor formativo, contribuindo com o desenvolvimento e constituição da criança como sujeito social, capaz de contribuir com uma sociedade mais justa e menos preconceituosa. É através destas interações, observações e trocas de experiências com outras crianças e adultos, proporcionadas pelas escolas de Educação Infantil, que as crianças se apropriam da cultura e de diferentes papéis sociais, ao estabelecer diariamente através de gestos, olhares, expressões, do contato com o outro, e principalmente a linguagem, ao participar de jogos simbólicos, como brincadeiras de “faz de conta”, construindo sua identidade (LOPES, 2014).

Complementando o pensamento de Lopes (2014), Drago (2014, p.96) mostra que a criança com deficiência, como qualquer outra, é sujeito social capaz de produzir e reproduzir cultura:

Pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade que a veja como sujeito produtor de história,

cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história.

Na educação infantil o professor possui papel de destaque como mediador no processo de desenvolvimento das crianças, pois, está sempre em contato direto com elas. Dessa forma Guimarães, Nunes e Leite (2014, p.173) defendem que:

Se entendemos o espaço de educação infantil como direito da criança, ela tem de ser o sujeito central no cenário educacional. No entanto, aos educadores cabe redescobrir a criança que tem dentro de si, instituir relações de escuta e reciprocidade com as crianças, refletir sobre essas interações cotidianamente, a fim de não robotizá-las ou enrijecê-las, sem deixar de ocupar o lugar de adultos – organizadores de oportunidades para aprendizagens, com experiências específicas, histórias singulares para contar. O lugar do adulto-professor é redimensionado quando enfocamos o estabelecimento educacional como lugar de agir, facilitando interações; lugar de confronto criança/ criança, criança/ adulto (em que ambos são mestres e aprendizes), adulto/ adulto (em que mães/ pais/ professores têm seus saberes sobre a criança valorizados e intercambiados). Produção, comunicação, pesquisa, transgressão, ludicidade, arte, criação, troca, registro– marcas da educação infantil e pilares da ação do professor. Eixos sobre os quais Formam-se e transformam-se continuamente.

É importante lembrar que toda criança, com deficiência ou não, passa pelos mesmos processos de desenvolvimento, necessitando da mesma dedicação profissional e possuindo os mesmos direitos de outras crianças. Por esse motivo a inclusão ou Educação Especial, conforme prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), garante às crianças com deficiência, o direito ao contato com a diversidade e trocas de experiências diversas, ao dar preferência à educação oferecida na rede regular de ensino:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996)

Outras Leis e Decretos garantem que a criança com deficiência tenha melhores possibilidades de desenvolvimento, assegurando capacitação docente para a inclusão dessas por meio da formação profissional. Dentre estes destacam-se:

A LDB 9394/96 no seu Art. 59 garante:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Parágrafo único: Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 em seu Art 5º. § 2º, que se refere ao apoio técnico e financeiro para a formação profissional contempla as seguintes ações:

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais (BRASIL, 2011)

Também o decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica determina:

São objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica: VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo (BRASIL, 2016).

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, conforme prevista pela LDB, ainda conta com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, como guia orientador dos Planos Municipais de Educação.

O Plano Nacional de Educação, em sua Meta 4, sobre Educação Especial, tem como estratégias:

4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas; 4.18) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino (BRASIL, 2014).

O PNE, em sua meta 15 apresenta como estratégia para formação profissional :

15.5) implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial (BRASIL, 2014).

Apesar do quadro legal que normatiza a formação docente para o exercício profissional é preciso a garantia de uma formação de qualidade dos profissionais envolvidos no processo educativo. A formação docente está essencialmente relacionada com a formação do cidadão, e para exercer sua função com êxito, as pessoas que trabalham com crianças precisam contar com uma formação continuada de qualidade (FREIRE, 2014).

A formação dos educadores e a ampliação de seus conhecimentos favorecem, além do desenvolvimento infantil nos mais variados aspectos e a ampliação das experiências das

crianças, a formação da cidadania, almejando uma educação de qualidade que contribua para a formação de sujeitos críticos, criativos, responsáveis, cooperativos, autônomos e participativos (FREIRE, 2014)

A Cartilha de Educação Inclusiva, disponibilizada pelo MEC (2004, p.26) afirma com relação à Sistemática formal de suporte para o professor, que:

O suporte para o professor do ensino regular que recebe alunos com necessidades educacionais especiais, em sua sala de aula, deve ser ministrado pela Coordenação Pedagógica[...] a qual deve ter conhecimento dos conteúdos curriculares, dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos e estimular a criatividade do professor. A Coordenação Pedagógica deve ser ativa e participante no cotidiano da sala de aula, da escola e das relações com a comunidade. Outra fonte importante de suporte para o professor do ensino regular é o assessoramento de uma equipe interdisciplinar, que deverá contribuir com seus conhecimentos sobre recursos e métodos para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2004, p.26).

O conhecimento para trabalhar com alunos com deficiência não deve se dar apenas por alguns profissionais da educação, como os professores, mas preferencialmente por toda a equipe escolar que mantém contato ou participa, mesmo que de forma indireta do cotidiano da criança com deficiência. Porém, infelizmente, ainda há muitos profissionais que não estão familiarizados com o assunto. Isso ocorre devido ao fato de o atendimento do aluno com deficiência, preferencialmente na rede regular, ser determinação privilegiada dos últimos anos e também da ausência de acesso a tais conhecimentos por muitos profissionais formados pelo magistério (PRIETO, 2006).

Novais, 2010, enfatiza que em depoimentos de docentes, colhidos em sua experiência como formadora de professores, muitos relataram que a formação na Universidade não possibilitou os conhecimentos suficientes para atenderem as necessidades das crianças com deficiência. Ainda possuem uma visão de educação onde não há espaço para imprevistos e diferenças, demonstrando medo de perder a posição de detentores do conhecimento e de profissionais que ensinam, responsáveis pela aprendizagem dos alunos, vendo assim a inclusão como um empecilho para seu trabalho.

De acordo com Baraúna e Santos (2010, p.274- 275):

Uma parcela significativa dos professores que desenvolvem um trabalho dentro da proposta inclusiva não possui formação inicial adequada capaz de oferecer um aporte teórico e prático para a realização de seu trabalho[...] A reflexão deve estar constantemente presente para que a prática não se torne estática ou inapropriada para uma sociedade em constante transformação.

Em consonância com as ideias de Baraúna e Santos (2010), e Novais (2010), Sônia Kramer (1994, p.25) faz uma crítica às Políticas Públicas de formação de professores:

As políticas públicas de formação precisam romper com a prática de sugerir que os profissionais atuem com as crianças de uma dada forma, enquanto se age com eles de uma forma oposta. Cada etapa da trajetória precisa ser percebida como "desconstrutora", o que significa fazer saltar aos ares a visão mitificadora e mágica de que existe a boa resposta, de que um dado conhecimento necessariamente representa o " bom " caminho só porque advém de pesquisas bem fundamentadas. Políticas de formação engajadas na emancipação e na construção da cidadania precisam, sobretudo, garantir as condições para que as práticas desenvolvidas sejam entendidas como práticas sociais, e seus atores (adultos e crianças) sejam percebidos como sujeitos autores dessa prática.

Tais evidências mostram que as maiores queixas dos profissionais da educação estão relacionadas à inadequada formação teórica e, principalmente, prática, oferecida pelas Universidades, pois precisam de conhecimentos para o exercício profissional que não foram adquiridos na formação inicial. Assim, por falta de formação adequada, os profissionais sentem insegurança para promoverem uma educação inclusiva.

Novais (2010, p.192) questiona a qualidade da formação docente oferecida pelas Universidades:

[...] se a formação docente não capacita os(as) professores(as) para ensinar a todos(as), quem são os(as) alunos(as) almejados pela formação docente, majoritariamente desenvolvida nas diferentes instituições brasileiras de ensino superior? Quais elementos devem fazer parte de um processo de formação docente com vistas ao desenvolvimento da educação inclusiva? Em outras palavras, quais questões ocupam o centro da formação docente nas instituições públicas de ensino superior, num momento em que todos e todas, independente de raça, etnia, classe, geração, deficiência, conquistaram legalmente o direito de matricular-se, permanecer e concluir seus estudos com qualidade nas instituições de ensino regular?

Prieto (2006, p. 60) afirma que o conhecimento do professor:

[...]deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização. O primeiro equívoco que pode estar associado a essa ideia é o de que alguns vão à escola para aprender e outros unicamente para se socializar. Escola é espaço de aprendizagem para todos!

Em relação a formação em serviço Mantoan (2015, p.79), afirma:

Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente aos modos de ensinar inclusivos, a uma pedagogia da diferença, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e instrucional. Eles esperam por uma formação que lhes ensine a dar aulas para alunos com deficiência, dificuldade de aprendizagem e/ou problemas de indisciplina. Ou melhor: anseiam por uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a sua capacidade de ser um professor inclusivo. Não se trata de uma visão ingênua, mas de uma concepção equivocada do que é formação em serviço e do que significa a inclusão escolar.

As questões levantadas por Prieto (2006) e Mantoan (2015), levam à reflexão de que muitos professores ainda não veem ou valorizam a diversidade e as diferenças como fator positivo na aprendizagem e interação entre os alunos, mostrando que as formações previstas nas leis, possam não estar acontecendo de uma forma a contemplar aspectos importantes, ou essenciais, para a inclusão.

Tais questionamentos ressaltam a necessidade da formação continuada, para que os profissionais da educação possam exercer suas funções de forma adequada e satisfatória, trazendo novas questões: Como formar o professor na perspectiva de uma educação inclusiva? Como formar o professor para as futuras experiências práticas?

De acordo com Mantoan (2015, p.81):

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

Lopes (2014, p. 122) defende a importância da identidade profissional:

O professor/recreador precisa estar inserido em um novo paradigma, que pressupõe educar sempre conforme uma visão de totalidade. Educar pessoas inteiras, que integrem todas as dimensões: corpo, mente, sentimentos, espírito, psiquismo, a dimensão pessoal, a grupal e a social, que tentem encontrar as pontes, as relações entre as partes e o todo, entre o sensorial e o racional, o concreto e o abstrato, o individual e o social. A maior tarefa dos educadores consiste em serem eles mesmos, plenamente, e ajudar para que os outros também o sejam.

A formação continuada do professor precisa acontecer de forma a enriquecer seus conhecimentos teóricos-práticos e, ao mesmo tempo, promovendo espaço para que possa partilhar de suas vivências, dificuldades, medos e descobertas. Neste processo interação e discussão com outros profissionais será possível a descoberta de novas estratégias pedagógicas. Também é importante que o professor tenha determinadas vivências, como visitas a museus, teatros e outros, para ampliar o seu universo cultural (LOPES, 2014; NOVAIS, 2010).

Em harmonia com o pensamento de Lopes(2014) e Novais (2010), Mantoan (2015, p.81) afirma:

O professor de educação infantil e de ensino fundamental I e os licenciados, além de formação em serviço nas escolas, carecem de uma formação em educação inclusiva, que deveria vir de todas as disciplinas que compõe o currículo de formação inicial. O exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é uma das saídas para obter o sucesso almejado na formação emergencial para a inclusão. O fato de essa formação recair sobre experiências concretas, casos reais, situações do dia a dia que

desequilibram o trabalho nas salas de aula é a matéria prima das mudanças pretendidas por esse modo de formação.

De acordo com Lanter (2014 , p. 137):

A questão da formação dos professores representa para a educação infantil, dentre outros aspectos, questão fundamental para o reconhecimento desse segmento como instância educativa e também para sua qualidade. Sendo assim, percebemos que a ausência de políticas voltadas para o profissional de educação infantil favorece e acelera o descompromisso do poder público com o atendimento das crianças de 0 a 6 anos no país, bem como despolitiza a ação dos profissionais de educação infantil.

Os sistemas de ensino devem se comprometer com a formação continuada do professor a fim de garantir a qualidade do ensino garantindo que seus profissionais tenham aptidões necessárias para atender às diversas características individuais de seus alunos, inclusive das crianças com deficiência. Os professores devem ser preparados para planejar e elaborar atividades diferenciadas, adaptando materiais e flexibilizando o currículo pra prever formas de avaliar os alunos de acordo com suas características e necessidades (PRIETO, 2006).

A este respeito Lopes (2014, p.124-125) assevera:

A escola deve proporcionar a manifestação e o confronto de diferentes ideias, o convívio de diferentes raças, religiões, de indivíduos com diferenças de desenvolvimento. [...] Acreditamos que, com base em interações que favoreçam cada vez mais a troca de informações verdadeiras – e não preconceituosas -, que privilegiem a independência e a conscientização, em vez de privilegiar a dominação e a alienação, nossa sociedade possa, aos poucos, tornar-se menos perversa e mais madura, no sentido de conseguir encarar as diferenças e conviver com elas de maneira mais harmônica para todos. É preciso sensibilizar os professores/educadores para valores, tipos de vida e culturas diferentes das deles próprios, para que possam desenvolver o respeito pela diversidade humana.

Portanto, é fundamental que mudanças aconteçam na formação inicial e continuada dos professores para que a educação inclusiva aconteça com qualidade formando crianças criativas, críticas e reflexivas, em um ambiente onde não haja espaço para preconceitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de leis que determinam a formação continuada do professor da rede regular de ensino para o atendimento da criança com deficiência é um fato, porém observa-se maior preocupação com a formação do professor da sala de recurso. Com relação ao professor de educação infantil, não há especificações legais de como deve ser esta formação para a efetivação da educação inclusiva.

A ausência de Políticas Públicas que garantam a Formação do Professor de Educação Infantil, na rede regular, é um fator muito preocupante. Muitos professores ainda se sentem inseguros para incluir crianças com deficiência, demonstrando medo e falta de aceitação, por não terem tido uma formação inicial adequada e não saberem ensinar de uma forma que não foram ensinados.

Um fator importante que se pode observar, com relação à formação profissional, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) no seu Art. 59, é que ao garantir “professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, a mesma não se preocupa com a formação do professor, da sala comum, para a inclusão das crianças com deficiência, mas apenas com a integração dos mesmos.

Não se pode, todavia, negar o fato de que a formação continuada não trará receitas prontas e soluções imediatas para o professor de crianças com deficiência, porém a importância dessa formação torna-se indiscutível quando se almeja a construção de uma educação infantil inclusiva.

Eis a importância de uma formação continuada de qualidade dos profissionais da educação infantil efetivada com apoio da gestão escolar por meio de formação teórica, atividades práticas e trocas de experiências, que oportunizem aos professores diferentes vivências e reflexões, para que os mesmos se sintam motivados a trabalharem de forma diferenciada com seus alunos, em um ambiente onde não haja espaço para preconceitos, porém a valorização da diversidade.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em:
11-jul-2016.

_____. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em:
12-jul-2016.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12-jul-2016.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22-
jul- 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Série: Educação inclusiva. v. 3 : a escola. Brasília:2004.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em: 17-jul-2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : introdução. [4. ed.]. Brasília: 2005. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em:20-jul-2016

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

FREIRE, A. Formação de educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, S. et al. (Orgs.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2014.p. 77-99.

LANTER, A.P. A política de formação do profissional de educação infantil: os anos 90 e as diretrizes do MEC diante da questão. In: KRAMER, S. et al. (Orgs.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2014.p. 131-156.

GUIMARÃES, D.; NUNES, M.F.R.; LEITE, M.I. História, cultura e expressão: fundamentos na formação do professor. In: KRAMER, S. et al. (Orgs.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2014.p. 159-174.

KRAMER, S. Currículo de educação infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: Questões teóricas e polêmicas. In: **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. Disponível em: <http://www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao/FORMA%C3%87%C3%83O%20INICIAL%20E%20CONTINUADA%20DE%20EDUCADORES/POR%20UMA%20POL%C3%8DTICA%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROFISSIONAL%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL.pdf>. Acesso em: 16-jul-2016.

SANTOS, A. F.; BARAÚNA, S. M..In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). **Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam**. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

NOVAIS, G. S. (Org.). Formação docente e inclusão escolar: Ensinando de um jeito que não aprendi?. In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). **Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam**. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.